Art. 18. A adjudicação de bens como pagamento dos honorários devidos à Defensoria Pública só será autorizada mediante prévia e obrigatória concordância da Defensoria Pública-Geral ou a órgão a que ela delegue essa função.

§1º. A consulta à Defensoria Pública-Geral deve ser instruída com o termo de penhora, o laudo de avaliação, informação sobre onde os bens estão acautelados e demais informações necessárias à análise.

§2º. Ultimada a adjudicação, compete ao(a) defensor(a) público(a) natural noticiá-la, no prazo de 05 (cinco) dias, à Defensoria Pública-Geral, que adotará as providências necessárias à incorporação dos bens ao patrimônio da instituição.

Art. 19. Caso constate a manifesta insolvência do devedor pessoa natural, o(a) defensor(a) público(a) poderá deixar de recorrer aos meios coercitivos cabíveis, além de poder requerer ou concordar com a suspensão da execução (art. 921, III, do CPC), sem prejuízo de requerer a inclusão do nome do devedor no cadastro de maus pagadores.

Parágrafo Único. Em se tratando de devedor pessoa jurídica, após esgotados os meios sub-rogatórios e coercitivos cabíveis, bem como inviabilizada por qualquer motivo a desconsideração da personalidade jurídica, o(a) defensor(a) público(a) poderá requerer ou concordar com a suspensão da execução (art. 921, III, do CPC).

CAPÍTULO VII

DA RESTITUIÇÃO DE VALORES TRANSFERIDOS OU DEPOSITADOS POR EQUÍVOCO

Art. 20. Quando for transferido à parte assistida pela Defensoria Pública, por equívoco, o numerário relativo aos honorários, caberá ao(a) defensor(a) público(a) natural interperlar extrajudicialmente a pessoa que recebeu indevidamente os valores para devolvê-lo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incorrer em enriquecimento sem causa e incidir juros moratórios de 1% ao mês contados da data em que ocorreu a transferência indevida.

§1º. O procedimento referido na *caput* deve ser autuado no sistema E-Protocolo ou em outra ferramenta de TI que vier a substituí-lo.

§2º. Caso não haja a devolução dos valores no tempo estabelecido, deve o membro encaminhar o procedimento para o membro tabelar, para promoção das medidas processuais de execução, ou, na ausência desse, remeter, via E-Protocolo, para a Defensoria Pública-Geral.

§3º. Caso o crédito não seja adimplido pela via administrativa, deve ser realizada a cobrança judicial, aplicando-se, no que couber, o capítulo VI desta deliberação.

Art. 21. No caso de quantia recebida de forma equivocada pelo FUNDEP, cabe à Defensoria Pública-Geral, através do setor competente, instruir devidamente o procedimento relativo ao estorno da quantia.

§1º. A instrução devida do procedimento de estorno atentar para os seguintes itens:

- I** – identificação da pessoa que reclama o estorno;
- II** – comprovação de que a quantia a ser estornada efetivamente ingressou em conta bancária do FUNDEP;
- III** – esclarecimento das circunstâncias que propiciaram o equívoco conducente ao estorno, observando-se para tanto o respectivo andamento processual;
- IV** – verificação de que o equívoco efetivamente ocorreu e é exato o valor reclamado;
- V** – levantamento dos dados necessários à concretização do estorno pelo competente órgão pagador da Defensoria Pública.

§2º. Para o bom desempenho das tarefas listadas no §1º, contará a Administração Superior, sempre que necessário, com a colaboração do órgão de atuação da Defensoria Pública junto ao juízo em que tramita o processo no bojo do qual foi suscitada a necessidade do estorno.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. Aplica-se subsidiariamente os dispositivos relativos a honorários de sucumbência previstos na legislação processual civil, especificamente o contido nos art. 83 e ss. do CPC.

Art. 23. A Defensoria Pública-Geral poderá editar normas que fixe ser de sua competência, ou de outro órgão da Administração, a cobrança e execução de quaisquer quantias decorrentes de verbas de sucumbência processual.

Art. 24. Para o cumprimento da presente deliberação, o(a) defensor(a) público(a) natural poderá solicitar auxílio-técnico da CGA para realização de cálculos dos valores a serem cobrados.

Art. 25. A utilização indevida por quaisquer pessoas, dos valores havidos a título de honorários por atuação institucional de Defensoria Pública, deverá ser comunicada à Defensoria Pública-Geral para a tomada de providências criminais, cíveis e administrativas.

Art. 26. O cumprimento da presente deliberação deverá constar das inspeções e correções feitas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

Art. 27. Fatos jurídicos ocorridos previamente à entrada em vigor desta deliberação não serão alcançados por seus efeitos.

Art. 28. Compete à Corregedoria-Geral expedir orientações gerais sobre a aplicabilidade do disposto nesta deliberação.

Art. 29. A presente deliberação entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO

Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública

148041/2021

RESOLUÇÃO DPG Nº 194, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

Concede Medalha do Mérito da Defensoria Pública do Estado do Paraná no grau de Grande Colar do Mérito

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de sua atribuição legal prevista no artigo 3º da Lei Estadual nº 19.579/2018;

CONSIDERANDO a celebração de término da presente gestão, ocasião na qual se revela oportuno o reconhecimento do mérito às pessoas públicas que contribuíram de maneira excepcional para o engrandecimento da Defensoria Pública do Estado do Paraná durante a presente gestão, iniciada em 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecer publicamente as relevantes atividades prestadas em prol do fortalecimento e desenvolvimento da sua missão constitucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

RESOLVE

Art. 1º. Outorgar o Grande Colar do Mérito a LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, em reconhecimento às excepcionais contribuições para o engrandecimento da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em razão das atividades realizadas como Deputado Estadual.

Art. 2º. A presente Resolução constituirá documento inaugural do procedimento de preparação para entrega do Grande Colar do Mérito.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO

Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

RESOLUÇÃO DPG Nº 195, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

Concede Medalha do Mérito da Defensoria Pública do Estado do Paraná no grau de Grande Colar do Mérito

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de sua atribuição legal previstas no artigo 3º da Lei Estadual nº 19.579/2018;

CONSIDERANDO a celebração de término da presente gestão, ocasião na qual se revela oportuno o reconhecimento do mérito às pessoas públicas que contribuíram de maneira excepcional para o engrandecimento da Defensoria Pública do Estado do Paraná durante a presente gestão, iniciada em 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecer publicamente às relevantes ati-

vidades prestadas em prol do fortalecimento e desenvolvimento da sua missão constitucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

RESOLVE

Art. 1º. Outorgar o Grande Colar do Mérito a **IVONEI SFOGGIA**, Procurador de Justiça do Estado do Paraná, em reconhecimento às excepcionais contribuições para o engrandecimento da Defensoria Pública do Estado do Paraná, quando do desempenho do cargo de Procurador-Geral Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 2º. A presente Resolução constituirá documento inaugural do procedimento de preparação para entrega do Grande Colar do Mérito.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

RESOLUÇÃO DPG Nº 196, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

Concede Medalha do Mérito da Defensoria Pública do Estado do Paraná no grau de Grande Colar do Mérito

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de sua atribuição legal prevista no artigo 3º da Lei Estadual nº 19.579/2018;

CONSIDERANDO a celebração de término da presente gestão, ocasião na qual se revela oportuno o reconhecimento do mérito às pessoas públicas que contribuíram de maneira excepcional para o engrandecimento da Defensoria Pública do Estado do Paraná durante a presente gestão, iniciada em 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecer publicamente às relevantes atividades prestadas em prol do fortalecimento e desenvolvimento da sua missão constitucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

RESOLVE

Art. 1º. Outorgar o Grande Colar do Mérito a **JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO**, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em reconhecimento às excepcionais contribuições para o engrandecimento da Defensoria Pública do Estado do Paraná no desempenho do cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 2º. A presente Resolução constituirá documento inaugural do procedimento de preparação para entrega do Grande Colar do Mérito.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

148699/2021

RESOLUÇÃO DPG Nº197, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

Altera designações de Defensores(as) Públicos(as)

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, especificamente os artigos 18, 38 e 64 da Lei Complementar Estadual nº 136/2011;

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar o Defensor Público **MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ** da função de Primeiro Subdefensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 2º. Exonerar, a partir do dia 18 de outubro de 2021, o Defensor Público **RODOLPHO MUSSEL DE MACEDO** da função de Segundo Subdefensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 3º. Exonerar o Defensor Público **PAULO CINQUETTI NETO** da função de Chefe de Gabinete da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 4º. Exonerar o Defensor Público **ERICK LE PALAZZI FERREIRA** da função de Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 5º. Exonerar a Defensora Pública **PAULA GREIN DEL SANTORO RASKIN** da função de Chefe do Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 6º. Exonerar a Defensora Pública **LIVIA MARTINS SALOMAO BRODBECK E SILVA** da função de Chefe do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 7º. Exonerar o Defensor Público **BRUNO MULLER SILVA** da função de Chefe do Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 8º. Exonerar a Defensora Pública **OLENKA LINS E SILVA MARTINS ROCHA** da função de Chefe do Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e

Urbanísticas (NUFURB) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 9º. Designar a Defensora Pública **OLENKA LINS E SILVA MARTINS ROCHA** para o cargo de Primeira Subdefensora Pública-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Fica designada extraordinariamente, sem prejuízo de suas funções, a Defensora Pública mencionada no *caput* deste artigo para a realização de atos urgentes de Chefia do Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB) da Defensoria Pública do Estado do Paraná, pelo período de 30 (trinta) dias.

Art. 10º. Designar o Defensor Público **BRUNO MULLER SILVA** para o cargo de Segundo Subdefensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Fica designado extraordinariamente, sem prejuízo de suas funções, o Defensor Público mencionado no *caput* deste artigo para a realização de atos urgentes de Chefia do Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ) da Defensoria Pública do Estado do Paraná, pelo período de 30 (trinta) dias.

Art. 11. Designar a Defensora Pública **LIVIA MARTINS SALOMAO BRODBECK E SILVA** para o cargo de Chefe de Gabinete da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 12. Designar o Defensor Público **MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ** para o cargo de Assessor de Projetos Especiais da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 13. Designar a Defensora Pública **PATRICIA RODRIGUES MENDES** para o cargo de Coordenadora do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 14. Designar o Defensor Público **ANTONIO VITOR BARBOSA DE ALMEIDA** para o cargo de Chefe do Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 15. Designar o Defensor Público **ERICK LE PALAZZI FERREIRA** para o cargo de Chefe do Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECON) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 16. Designar a Defensora Pública **MARIANA MARTINS NUNES** para o cargo de Chefe do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 17. Designar o Defensor Público **FERNANDO REDEDE RODRIGUES** para o cargo de Chefe do Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 18. Designar o Defensor Público **JOÃO VICTOR ROZATTI LONGHI** para o cargo de Chefe do Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 19. Designar a Defensora Pública **ANDREZA LIMA DE MENEZES** para o cargo de Chefe do Núcleo de Política Criminal e Execução Penal (NUPEP) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO
Defensor Público-Geral do Estado

148780/2021

RESOLUÇÃO Nº 198, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

Altera o Anexo 1 da Res. DPG 140/2019

O **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legal prevista no art. 18, XXV, da Lei Complementar Estadual nº 136/11;

CONSIDERANDO a necessidade de alterações decorrentes de novo planejamento institucional;

CONSIDERANDO o art. 2º da Lei Estadual 19.828, de 27 de março de 2019;

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei nº 322/2021 ainda está em tramitação